

## NARRATIVAS INDÍGENAS EM MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Jacqueline Castro Gonçalves<sup>1</sup>  
Karla Cunha Pádua<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo é parte da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE-UEMG), que enfatiza a temática das histórias e culturas indígenas no contexto da Lei 11.645/08. Tem como objetivo interrogar as possibilidades dialógicas e interculturais proporcionadas pelos materiais didáticos disponibilizados aos docentes e a sua capacidade de provocar reflexões sobre o dinamismo das culturas indígenas, o papel desses povos na identidade brasileira, suas condições de vida atuais e a importância da diversidade cultural. A pesquisa será predominantemente documental, com análise de três coleções didáticas que figuraram entre as mais solicitadas nos três anos iniciais do Ensino Fundamental, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, referentes ao ano de 2016. O estudo contempla narrativas referentes às histórias e culturas indígenas em livros didáticos de Ciências Humanas e da Natureza por abarcarem as disciplinas de Ciências, Geografia e História. Os estudos bibliográficos apontaram que a presença dessa temática ainda é escassa e necessita ser aprofundada. Ao examinar os materiais tornou-se perceptível um esforço no sentido de adequar às obras a Lei 11.645/08, no entanto, as abordagens referentes à temática indígena demandam ações e pesquisas perspectivadas no protagonismo indígena e nas condições dinâmicas e plurais de vida desses povos na contemporaneidade.

**PALAVRAS CHAVE:** Histórias e culturas indígenas; Lei 11.645; Materiais didático-pedagógicos; Ensino Fundamental.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação e Formação Humana na Universidade de Minas Gerais- UEMG. Professora da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Graduada em Pedagogia pela Universidade de Minas Gerais- UEMG. jacgoncalves101@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UFMG e orientadora da pesquisa. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Minas Gerais. kcpadua@yahoo.com.br

## 1. Introdução

Este artigo se propõe a trazer algumas reflexões acerca das significações referentes às histórias e culturas indígenas, veiculadas em materiais didático-pedagógicos voltados para os anos iniciais do Ensino Fundamental, na Rede Municipal de Belo Horizonte. O interesse pela temática deu origem a uma pesquisa, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE-UEMG), que investiga a temática das histórias e culturas indígenas no contexto da Lei 11.645/08 e os desafios e lacunas com os quais nos deparamos ao longo de nossas trajetórias docentes. Cada uma em seu campo de atuação, duas professoras: uma no ensino superior e outra na educação básica, com um entrecruzamento de histórias a partir do mestrado. Temos empreendido buscas por formações e estudos associados aos conhecimentos sobre os povos indígenas, relações interculturais e formação docente para a diversidade cultural.

O estudo proposto pretende contribuir com reflexões e debates acerca de um tema tão ausente dos currículos escolares, interrogando sobre as potencialidades interculturais da temática indígena em materiais didático-pedagógicos. Para isso, optamos pela análise de três coleções de livros didáticos que tratam de ciências humanas e da natureza nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, a fim de trilhar o modo como a temática indígena tem sido abordada, se atende às determinações da Lei 11.645/08 e que significações e imagens veiculam. Contudo, reconhecemos que as ações desencadeadas pela implantação da Lei 11.645/08 demandam tempo e suas reverberações ocorrerão de maneira gradativa por fazerem parte de um campo de tensões e de relações complexas.

A construção deste ensaio se baseará em pesquisa bibliográfica e documental numa perspectiva antropológica, de modo a interrogar as possibilidades dialógicas e interculturais proporcionadas pelos materiais didáticos disponibilizados aos docentes. Perguntamos sobre a capacidade desses materiais didáticos fomentarem reflexões relativas à importância da diversidade cultural e da interculturalidade, se trazem questões relativas às condições atuais de vida dos povos indígenas, ao reconhecimento de seus direitos fundamentais, ao dinamismo das culturas na contemporaneidade e ao papel desses povos na configuração da identidade brasileira. É nessa perspectiva que buscaremos articular reflexões entre materiais didático-pedagógicos produzidos para os docentes e estudos bibliográficos a fim de verificar em que medida eles atuam no sentido da valorização das histórias e das culturas indígenas, como proposto na Lei 11.645/08.

## 2. Algumas reflexões em torno da Lei 11.645/08 e as questões culturais na educação

Os povos indígenas marcam presença em nossa sociedade desde períodos anteriores à chegada dos colonizadores e reivindicam condições dignas de vida por meio de demarcações territoriais, valorização e respeito às diferenças étnicas e culturais. De acordo com os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010 foi constatado que existe no Brasil aproximadamente 896,9 mil indígenas, sendo identificadas 305 etnias, e reconhecidas 274 línguas.

Ao completar uma década, a Lei 11.645/08 tem sido objeto de estudos, discussões e ações no que se refere à inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. As ações acerca da implementação da legislação no âmbito escolar ensejam análises profundas que perpassam revisões das abordagens que os materiais didático-pedagógicos possibilitam, pois na maior parte das vezes é o material que o docente dispõe para efetivar seu trabalho e a partir dele outras possibilidades podem ser evidenciadas.

Ao traçar um breve percurso histórico destacamos que o movimento de luta dos povos indígenas foi inaugurado oficialmente com a Constituição Federal de 1988 que reconheceu aos “índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (Brasil, 1988, Artigo 231). Outro marco importante, agora em âmbito internacional foi a Convenção número 169 que assegura a condição de igualdade de direitos, e resguardada o reconhecimento das diferenças entre as múltiplas etnias. Em relação à Educação, esse documento orientou os caminhos por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), ainda que de modo precário.

A Lei 11.645 foi aprovada em 10 de março de 2008, e foi responsável por modificar a Lei 9.394/96, que já havia sido alterada anteriormente pela Lei 10.639/03. A lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 incluiu no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. A Lei 11.645 de 2008 amplia a abordagem dessas temáticas no currículo oficial de ensino a partir da obrigatoriedade de inserção da história e cultura indígena.

A Lei 10.639/03 abarca um número significativo de pesquisas e estudos que, em certa medida, abre caminhos para que as questões referentes às populações indígenas alcancem maior visibilidade e contribua de forma significativa para o fortalecimento de políticas educacionais

de reconhecimento e de uma educação de qualidade voltadas para as relações étnico raciais. Já a Lei 11.645/08, apesar de figurar como um instrumento importante para assegurar que aspectos relativos aos povos indígenas sejam tratados em instituições escolares demonstra fragilidade, pois os docentes da educação básica ainda enfrentam resistências e dificuldades de acesso a conhecimentos e formação específicos relacionados à temática das histórias e culturas indígenas na atualidade.

Após todos esses anos de vigência da 11.645/08, o comprometimento com temáticas indígenas nas escolas de educação básica, apesar de necessário, ainda é pontual e guarda em si preconceitos e estereótipos que se valem de pseudodiscursos de reconhecimento e aceitação, ao passo que congelam seus referentes históricos e os afastam da contemporaneidade por meio de discursos de mistura étnica e perda de raízes. Contudo, da parte do movimento indígena, assistimos um processo de lutas pelo fortalecimento identitário e étnico, por avanços na ordem do direito, pela valorização linguística, cultural e tradicional e pelo reconhecimento do protagonismo indígena na atualidade.

Para fazer avançar as reflexões sobre a temática indígena na escola, buscamos apoio da Antropologia para nos ajudar a entender e dominar esse campo como sendo permeado por realidades fluidas e dinâmicas, e constituída por interlocutores que guardam suas próprias histórias e esperam ser apresentados sob perspectivas de resistência e união de forças. Para empreender estudos numa abordagem indígena é preciso resguardar o devido respeito às diversas formas de organização social, seus sagrados, suas culturas e suas histórias. Daí a importância de explicitar e problematizar nosso lugar de fala. Como profissionais da área educacional, pesquisadoras e atuando na docência, situamos os impasses no trato com as histórias e culturas indígenas no âmbito da sala de aula e em cursos de formação docente, pois uma vez obrigatório o tratamento da temática espera-se que haja condições de sua efetivação de modo que não sejam reducionistas, folclóricas e colonialistas.

É desafiador envolver-se em estudos que primem pelas temáticas indígenas de maneira mais aproximadas às situações contemporâneas, no entanto, é preciso manter-se fiel às perspectivas de análises propostas no estudo. A contextualização das histórias e culturas indígenas demandam condições diferenciadas de análises a fim de destrinchar as condições que ao longo do processo histórico permitiram emoldurar discursos de congelamento étnico, para tanto elencaremos algumas perspectivas antropológicas para nos auxiliar. No entender de Cunha (2009)

O papel ideológico que os povos indígenas são chamados a desempenhar na autoimagem brasileira varia bastante segundo o período histórico e conforme os índios em questão estejam vivos ou extintos, sendo estes claramente preferidos àqueles. (CUNHA, 2009, p. 331)

Considerando que existe um desencontro entre o conceito de cultura e “cultura” com aspas, há um risco de, na educação, predominar o uso da “cultura”, com aspas, ao contrário da concepção antropológica de cultura. O conceito de “cultura”, com aspas, está “relacionado à noção de alguma qualidade original, um espírito ou essência que aglutinaria as pessoas em nações e separaria as nações umas das outras” (CUNHA, 2009, p. 354), desconsiderando o dinamismo, a diversidade e a complexidade da cultura, a sem aspas. A “cultura”, com aspas, se refere a formas de apropriação e reelaboração adotadas por grupos periféricos para designar formas próprias de organização da vida social e que serviram como argumento político e de defesa dos grupos menos favorecidos “para afirmar identidade, dignidade e poder” (CUNHA, 2009, p. 373) com relação ao acesso a direitos. Sendo legítimos ambos os dois sentidos de cultura, eles se articulam, são interdependentes e coexistem.

Estaríamos ao mesmo tempo diante de ruptura e continuidade. Há um trabalho dialético que permeia os diferentes níveis em que a noção de “cultura” emerge, que permite jogar em vários tabuleiros a um só tempo. Um trabalho de pesquisa que lança mão de cada ambiguidade, de cada contradição introduzida pela reflexividade. (CUNHA, 2009, p. 371)

A cultura - sem aspas – é algo dinâmico, fluido e em permanente transformação, ou seja, é continuamente criada e recriada. Por isso, ao remeter a povos indígenas é preciso ter em mente essa concepção de cultura e a consciência de que nos depararemos com tradições culturais complexas, com demandas próprias e histórias diferenciadas. Além disso, é preciso também reconhecer a capacidade de agência desses povos, que lutam por seus direitos e tradições e que resistem aos preconceitos, estereótipos por parte da sociedade. Essa perspectiva que defendemos pode ser assim expressa:

[...] esses povos reivindicam seu direito ao passado (e, conseqüentemente ao presente) e a difusão desse passado aos não indígenas. Eles reclamam ser reconhecidos como povos culturalmente distintos e como sujeitos da história – de uma história própria e singular e de sua participação na chamada história do Brasil. Mas também é importante estudar os povos indígenas porque os não índios também têm o direito de conhecer a diversidade e de saber que seus modos de viver e pensar não são os únicos possíveis, os principais ou os mais adequados e de que as pessoas são diferentes. (MEDEIROS, 2012, p. 50)

Nessa direção, defendemos a construção de enfoques interpretativos que reconheçam os estudos, pesquisas e materiais voltados para a valorização e reconhecimento da possibilidade dialógica e intercultural da temática indígena na sala de aula, mas, para isso, é preciso promover revisões nas concepções de cultura, correntes no modo de tratar a temática na área educacional. Para isso, torna-se urgente provocar reflexões e indagações sobre os modos de tratar essa temática nos cursos de formação docente e nos materiais didático-pedagógicos.

O debate relativo à aplicação da Lei 11.645/08, apesar de recente, tem reverberado em diversos espaços socioeducativos. Evidencia-se um progressivo interesse e o aumento de pesquisas acadêmicas voltadas para as populações indígenas, no entanto, no que se refere ao trabalho educacional voltado para os anos iniciais do ensino fundamental ainda carecemos de estudos. Concordamos com Medeiros (2012) que “assim como os índios, os não indígenas também têm direito de conhecer seu passado a partir da oportunidade de estudar a história de seu território e de uma ancestralidade ameríndia que geralmente não é sequer reconhecida” (MEDEIROS, 2012, p. 51). Entretanto, para discutir essa temática na escola básica, pensamos que é imprescindível que haja uma postura de criticidade por parte dos docentes para retirar os diversos povos indígenas da invisibilidade e do congelamento cultural. Para isso, pensamos que é preciso investir na formação inicial e continuada de professores.

Com efeito, reforçamos o que Onfray (2008) propõe para o campo da filosofia, e que estendemos aqui para os demais campos do conhecimento, trata-se resgatar e descobrir paisagens alternativas que permitam referenciar uma contra história sob a ótica dos dominados e silenciados. É dessa forma que podemos propiciar oportunidades dialógicas para que os estudantes possam se reconhecer em sua diversidade, melhorar a autoestima e refletir acerca de sua própria identidade. A inclusão da temática indígena nas instituições escolares é uma reivindicação dos diversos movimentos indígenas que aguardam por ações que ultrapassem as “datas comemorativas” que subjagam e distorcem aspectos culturais e organizacionais tão importantes.

Ao refletir sobre o trabalho com a temática indígena em instituições escolares, levamos em consideração a proposta de ter presente nas práticas educativas o *arco-íris das culturas*, o que supõe todo um processo de desconstrução de práticas naturalizadas, criando novas maneiras de situar-nos e intervir no dia a dia das salas de aula (CANDAU, 2014, p. 39).

Pensando na potencialidade que as instituições escolares apresentam, sobretudo, como espaços privilegiados de convivência e de reflexões no campo da alteridade, torna-se

fundamental rever o descompasso entre a exigência legal instituída pela Lei 11.645/08 e as condições de sua efetiva aplicação no Ensino Fundamental nos anos iniciais. Para tanto, se faz necessário investimento em estudos que tematizem aspectos referentes à diversidade dos povos indígenas, no campo da educação, de modo a contemplar as lacunas existentes e apoiar o trabalho docente, pois durante séculos esses povos foram considerados sob a ótica de políticas discriminatórias e de inferiorização (SILVA, 2001).

Por hora, o desafio apresentado consiste analisar as narrativas sobre as histórias e as culturas indígenas nos materiais didático-pedagógicos, preferencialmente produzidos para os docentes e direcionados para os anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando conhecer as suas potencialidades para a formação intercultural dos estudantes. Trata-se de uma perspectiva complexa, porém necessária no sentido de elucidar questões relevantes quanto à historicidade, diversidade e aspectos interculturais de povos silenciados e excluídos durante um longo período histórico.

Evidencia-se, nesse sentido, a força constitutiva dos discursos na criação de realidades, o que nos alerta para o fato de que o que é dito acerca dos indígenas nos livros didáticos pode servir para reforçar as desigualdades existentes, a marginalização e a discriminação desses povos. Ou, ao contrário, a depender da abordagem, favorecer o respeito, a admiração e o diálogo entre as diferentes culturas que compõem a sociedade brasileira.

### 3. Narrativas indígenas em materiais didáticos

A escolha pelas narrativas indígenas em materiais didáticos se justifica por considerarmos que os seres humanos se constroem social e culturalmente, sendo marcados por suas experiências e vivências. Através do estudo das narrativas veiculadas em materiais didáticos, visualizamos possibilidades de apresentação da multiplicidade de sociedades e culturas indígenas que integram a sociedade brasileira.

Inúmeras são as contribuições e distorções que os materiais didático-pedagógicos prestam ao trabalho docente, por este motivo é preciso que os profissionais docentes se envolvam numa dinâmica de revisão dos conhecimentos apresentados nos materiais didático-pedagógicos acerca das questões relativas às temáticas indígenas. Grupioni (1995) nos alerta com relação aos cuidados a serem tomados para não

levar os alunos a concluírem pela não contemporaneidade dos índios, uma vez que estes são quase sempre apresentados no passado e pensados a partir do paradigma evolucionista, onde os índios estariam entre os representantes da origem da humanidade, numa escala temporal que colocava a sociedade europeia no ápice do desenvolvimento humano e a "comunidade primitiva" em sua origem. Pode levar também a concluírem pela inferioridade destas sociedades: a achar que a contribuição dos índios para nossa cultura resumir-se-ia a uma lista de vocábulos e à transmissão de algumas técnicas e conhecimentos da floresta (GRUPIONI,1995, p.488).

Os povos indígenas vivenciam cotidianamente muitos desafios a serem superados e seus percursos históricos são marcados por muitos impasses e demandas por direitos, sendo que no campo educativo impõe-se o desafio de “traduzir as reivindicações indígenas e as garantias legais já disponíveis em práticas pedagógicas efetivamente adequadas aos objetivos e especificidades de cada população indígena local”. (SILVA, 2001, p.10). Para os segmentos educacionais não indígenas, o desafio consiste em se questionar de que forma os materiais didático-pedagógicos podem contribuir e incentivar os docentes no envolvimento com pesquisas e abordagens, a fim de suprir as lacunas existentes e propiciar debates e discussões a respeito dos desafios proporcionados pela instituição da Lei 11.645/08 no âmbito escolar.

O foco nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve-se a experiências docentes nesse âmbito educacional, no qual enfrentamos muitas dificuldades de encontrar referenciais apropriados ao trabalho com a temática indígena, que supram as lacunas evidenciadas por formulações genéricas e estereotipadas sobre os povos indígenas de nosso país. As Proposições Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Belo Horizonte, revelam que

a criança constrói sua identidade a partir do conjunto de suas relações, das expectativas construídas a respeito do seu ser, das suas experiências de ser, ou seja, ela constrói sua identidade a partir da identidade que lhe foi conferida e por ela apropriada. (PROPOSIÇÕES CURRICULARES, 2010, p.20)

Contudo, para a constituição das bases identitárias, sejam elas individuais ou coletivas, dos estudantes dessa etapa do ensino, é fundamental o reconhecimento da alteridade étnica das populações indígenas brasileiras e o respeito à diversidade. Para que o trabalho com a temática indígena na escola alcance a infância, é importante que ela seja apresentada de maneira lúdica e imaginativa de modo a despertar a curiosidade das crianças. Daí a importância dos materiais didáticos que servem de apoio pedagógico aos docentes. Caso as questões referentes à diversidade étnica e à interculturalidade sejam apresentadas de uma

forma menos estereotipada e folclórica, desde a infância, a escola pode contribuir para a formação cidadã, o reconhecimento identitário e o conhecimento da própria formação multicultural da população brasileira.

A escolha de adotar especificamente manuais didáticos voltados aos docentes objetiva perceber quais são as orientações metodológicas, fundamentações teóricas e materiais complementares indicados aos profissionais. Pretende-se com essa iniciativa, tratar dos materiais didático-pedagógicos com um olhar focado na perspectiva docente, assinalando as possibilidades apresentadas por esses materiais para a formação discente e do próprio docente. Para fins de realização da pesquisa, selecionamos três coleções das áreas de ciências humanas e da natureza, que abarcam as disciplinas de Ciências, Geografia e História, entre aquelas adotadas na rede municipal de Belo Horizonte, voltadas para os três anos iniciais do Ensino Fundamental.

Análises preliminares demonstram que à temática indígena está presente nas coleções analisadas e que diversas etnias estão nelas representadas, o que mostra que os materiais didáticos selecionados cumprem parcialmente as exigências da Lei 11.645. Apesar disso, percebemos visões ainda arraigadas a estereótipos que são continuamente veiculados, embora encontramos também avanços nos diversos materiais literários produzidos por autores indígenas que podem auxiliar os docentes no aprofundamento temático.

As sociedades indígenas apresentam-se como organizações complexas no que se refere à diferença e a identidade. Daí a necessidade de se considerar o hibridismo cultural, a fluidez e o dinamismo das constituições sociais indígenas, marcadas por condições heterogêneas e diferenciadas, do ponto de vista social, histórico e grupal que, muitas vezes, são representadas como homogêneas e, por vezes estáticas. Como medida para reverter o longo período de ações discriminatórias que minaram e esfacelaram tais sociedades faz-se necessário empreender estudos e pesquisas contra hegemônicas que permitam não só uma revisão, mas que possam favorecer uma quebra de paradigmas que alcancem as diversas instâncias sociais.

Nos estudos realizados, percebemos um avanço quanto à presença de assuntos relacionados à temática indígena nos livros didáticos pesquisados, visto que as dificuldades relacionadas a atual forma de vida dessas populações são por vezes omitidas. Diante disso, consideramos relevante analisar também os materiais didático-pedagógicos complementares, indicados aos docentes, avaliando que eles podem ampliar o leque de discussões e aprofundamentos temáticos. Entre tais materiais, se destacam obras literárias produzidas por autores indígenas e

pesquisadores, que têm servido como instrumentos de apoio aos profissionais docentes e subsidiam aspectos referentes às questões étnico-raciais. A difusão desse tipo de materiais literários, em especial, as narrativas sobre si mesmos, construídas pelos próprios povos indígenas, podem ajudar, de uma maneira sensível, os docentes a reelaborar suas teorias e visões de mundo estereotipadas acerca desses povos.

A literatura contribui e cumpre a importante função de desvelar múltiplas possibilidades acerca de grupos minoritários e “contribui para que os povos africanos, afro-brasileiros e indígenas passem a ser vistos como um mosaico de variadas nuances e não mais de forma homogênea e monolítica como anteriormente eram vistos” (FREITAS, 2014, p. 59). Apesar de encontrarmos materiais disponíveis, verifica-se sua baixa difusão, impressão em pequenas tiragens e a pouca importância dada ao tema dentro das escolas. De acordo com Freire,

Não pode haver conscientização sem denúncia das estruturas injustas [...] A ação cultural para a liberdade não pode contentar-se com as mistificações da ideologia, nem com uma simples denúncia moral dos mitos e dos erros; mas deve empreender uma crítica racional e rigorosa da ideologia. O papel fundamental dos que estão comprometidos com uma ação cultural para a conscientização não é propriamente falar sobre como construir a ideia libertadora, mas convidar os homens a captar com seu espírito a verdade de sua própria realidade... (FREIRE, 1979, p.46)

Ressalta-se a necessidade de construir alternativas que promovam uma maneira de desdobrar categorias de análise numa perspectiva mais ampla de cultura, que possa ser dialógica e que permita revisões sobre os processos formativos da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, é importante que os materiais didáticos e complementares indicados aos docentes levem em consideração a atualidade das questões indígenas, suas contribuições e tensões na formação da sociedade brasileira. Candau (2014) nos auxilia a repensar o enlace entre educação e cultura dentro dos sistemas escolares, nos desafiando a “trabalhar a curiosidade epistemológica [...]”. E, para tal é necessário questionar a visão vigente sobre o que se entende por conhecimento escolar” (CANDAU, 2016, p. 308).

Partimos da afirmação de que não há educação que não esteja imersa nas culturas da humanidade e, particularmente, do momento histórico e do contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma experiência pedagógica “desculturizada”, isto é, em que nenhum traço cultural específico a configure. Existe uma relação intrínseca entre educação e culturas. Estes universos estão profundamente entrelaçados e não podem ser analisados a não ser a partir de sua íntima articulação (CANDAU, 2014, p.36).

A amplitude que abarca as discussões no que se refere à formação humana requer envolvimento em pesquisas e reinvenções, sem marginalizar e desconsiderar o contexto de constituição cultural e histórica da população brasileira. As comunidades indígenas têm feito enorme esforço para construir, a partir de identidades étnicas próprias, condições que contemplem suas especificidades que se perfazem prioritariamente por meio de reivindicações que favoreçam a conscientização e o respeito à diversidade existente. De acordo com Grupioni (1995) a situação é tão reveladora que os próprios indígenas, em fins da década de 80 e durante a década de 90, firmaram em encontros de professores indígenas reivindicações para que “nas escolas dos não-índios fosse tratada e veiculada a história e cultura dos povos indígenas brasileiros, a fim de acabar com os preconceitos e o racismo” (GRUPIONI, 1995, p. 483). É importante enfatizar que diversos grupos indígenas conferem à escola um lugar de interseção entre culturas, que tem responsabilidade de rever seus discursos, atuar segundo uma outra ótica do saber e revelar o dinamismo das culturas e das sociedades indígenas.

Contudo, as instituições escolares, apesar de se constituírem como espaços privilegiados para o debate da diversidade e da interculturalidade, ainda guardam resquícios de posturas homogeneizantes e descoladas da prática cotidiana. Mas, apesar das dificuldades que possam se apresentar aos professores/as que desejam trabalhar essa temática na escola, acreditamos ser possível construir práticas pedagógicas que possam contribuir para um processo contínuo e dialógico que envolvam as questões culturais. Para que isso ocorra, é importante que se perceba

as formas como os/as negros/as e os/as indígenas são apresentados/as, seja por meio de palavras, seja por meio de ilustrações, não se configuram como simples descrições. Tratam-se de estratégias de poder que disputam sentidos com discursos sobre esse tema divulgados em outros espaços e artefatos e que pretendem ensinar a seu público-leitor uma outra “verdade”, com a finalidade de regulá-lo e de governá-lo para lidar de outro modo com as relações étnico-raciais (FREITAS, 2014, p. 27).

Como podemos perceber, este é um campo de constantes tensões e disputas ideológicas, o que desafia ainda mais a escola a rever conhecimentos históricos e culturais referentes aos povos originários, que compõem a diversidade populacional brasileira. Nesse sentido, perguntamos sobre a capacidade de os materiais didático-pedagógicos contribuírem para a construção de uma contra história de desvelamentos e ressignificações da identidade nacional e de outras formas de resistência e de engajamento crítico e social.

Para isso, consideramos fundamental uma maior articulação e comprometimento dos profissionais docentes envolvidos com os anos iniciais do Ensino Fundamental e com o ensino superior, incluindo também a pós-graduação, a fim de propiciar debates, discussões e construção de propostas para o trabalho com a temática indígena na escola. Pensamos que esse diálogo e aproximação entre o trabalho acadêmico, a produção científica e as necessidades da educação básica, só tem a enriquecer a luta em prol da inclusão da histórias e culturas indígenas na escola, como preconiza a Lei 11. 645.

### **Considerações finais**

Ao deter atenção na Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, estamos em busca de formas alternativas e discursivas de romper com o ideário dominante acerca desses povos. Obviamente, não existem receitas prontas que orientem a introdução da temática, mas existem caminhos de pesquisa e orientações por meio de estudos já produzidos e em andamento. Muitas são as críticas às organizações escolares e às formas como se apresentam, mas elas abrigam uma enorme diversidade, e acreditamos que é possível desenvolver dentro delas trabalhos e projetos com a temática de modo a favorecer o respeito, a convivência e o diálogo entre os diversos grupos étnicos que ali se encontram e que compõem a sociedade brasileira.

Ao focar em narrativas indígenas em materiais didático-pedagógicos torna-se possível enfatizar a necessidade de tratar das questões relacionadas às abordagens interculturais sob a ótica da diversidade, do respeito e das interações socioculturais. Nesse sentido, reforçamos a necessidade de investimentos em ações e pesquisas que promovam a construção de ações que possam rever as inúmeras distorções e alcançarmos condições efetivas de reconhecimento e respeito às diferenças.

Se a educação escolar é uma entre tantas formas de educar, as revisões e busca de estratégias criativas são fundamentais, pois de nada adiantará propagar a ideia de uma escola inclusiva e intercultural se as formas de abordagem da temática continuarem reproduzindo o paradigma educacional homogeneizador predominante. No caso dos materiais didático-pedagógicos, esses ocupam lugar privilegiado na construção de narrativas e na apresentação de outras formas de enxergar os povos indígenas que, por longo período de tempo, foram retratados através de discursos de inferiorização. Para isso, é importante que sejam propostas, nesses

materiais, problematizações e debates à luz de fundamentos antropológicos e pedagógicos, no sentido de desmitificar aspectos relacionados às culturas indígenas.

Assim como todos os outros grupos sociais, os povos indígenas enfrentam processos de dinamicidade, readaptações, fluidez e mudanças, e o trato com a temática é necessário para que as narrativas indígenas veiculadas pelos materiais didático-pedagógicos possam traduzir possibilidades de estabelecermos, dentro das escolas, condições favoráveis para o diálogo intercultural e a quebra de preconceitos e estereótipos.

### Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa*. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei nº 11.645*, de 10 de março de 2008.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Proposições Curriculares Ensino Fundamental textos introdutórios: Desafios da formação*: Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Educação, 2010.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. “Cultura com aspas”. In: Manuela Carneiro da Cunha. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, p. 331-373, 2009.
- CANDAU, V. M. F. *Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas*. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 1, p. 33-41, jan./abr. 2014.
- CANDAU, V. M. F. *Ensinar - Aprender: desafios atuais da profissão docente*. Revista COCAR, Belém, Edição Especial N.2, p. 298 a 318– Ago./Dez. 2016. Programa de Pós-graduação Educação em Educação da UEPA. ISSN: 2237-0315 Acesso em: 04/09/2017 <<http://páginas.uepa.br/seer/index.php/cocar>>
- FREITAS, D.A.S. *Literatura infantil dos kits de literatura afro-brasileira da PBH: um currículo para ressignificação das relações étnico-raciais?* 2014. Tese – (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2014.
- GRUPIONI, D.B. *Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil*. IN: GRUPIONI, Donizeti Benzi. SILVA, Aracy Lopes da (org). *A temática indígena na escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. — Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995. Acesso em: 26/05/2018 <[http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A\\_Tematica\\_Indigena\\_na\\_Escola\\_Aracy.pdf](http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf)>

IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf) acessado em: 12/11/2017.

MEDEIROS, J. S. *Povos indígenas e a Lei 11.645: (in)visibilidades no ensino da história do Brasil*. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida et all. *Povos indígenas e educação*. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012 (p.49-62).

ONFRAY, M. *Por uma contra-história da filosofia*. In: \_\_\_\_\_. *A contra-história da filosofia: as sabedorias antigas*, vol I. São Paulo; WMF, Martins Fontes, 2008. (11-32)

SILVA, Aracy Lopes da. *A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução*. IN: Ferreira, Mariana Kawall Leal; Silva, Aracy Lopes de (org.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2001.